

Estruturas conceituais e elementos de influência do período pré-Estocolmo na estruturação internacional da Educação Ambiental.

Karla F. Dias Cassiano^{1*}(PG), Nyuara A. da S. Mesquita²(PQ).
karladias.cassiano@gmail.com

^{1,2}Universidade Federal de Goiás, Programa de doutorado em Química, Instituto de Química.

Palavras-Chave: Estilo de pensamento ambiental.

RESUMO: Considerando o espaço político da Educação Ambiental nas diretrizes internacionais desde a década de 1970 e procurando compreender esse processo histórico, este trabalho apresenta parte de uma análise documental sobre as características e concepções inerentes ao período histórico que antecedeu e influenciou a construção de um pensamento que considera a educação como principal ferramenta de conscientização acerca dos problemas relacionados à natureza. Trata-se de uma investigação, sobre o contexto de influência do período pré-Estocolmo na Educação Ambiental, que considerou a proposição teórico-epistemológica de Fleck sobre a existência de Estilos de Pensamento no desenvolvimento dos processos históricos. Concluímos, a partir dos dados discutidos no corpo do trabalho, que as estruturas conceituais do período pré-Estocolmo constituem um Estilo de Pensamento Naturalista (EPN) definido por elementos teóricos próprios do coletivo de pesquisadores e executivos cujo foco central consistia na criação de políticas e programas que almejavam proteger a natureza da ação humana.

ORIGEM DOS IDEIAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA

A realização de convenções que caracterizam a história do ambientalismo no mundo é uma prática cuja origem remonta ao século XIX tendo em vista as necessidades de conter a devastação e a caça nas colônias europeias nesse período. Para se ter uma ideia, em 1910 cerca de 200 excursões de caça visitaram a África Oriental Britânica, matando aproximadamente 10 mil animais. No início do século XX, a diminuição dos territórios de caça provocou uma redução dessa prática, porém o intenso processo de colonização europeia levou exploradores que ambicionavam o comércio de recursos florestais, mesmo que o governo colonial britânico preferisse ser mais cauteloso enquanto não fossem criadas medidas de reflorestamento. Em resposta, as sanções administrativas do governo privilegiaram os colonos brancos e obrigaram os camponeses a saírem de suas terras agrícolas, acentuando o desmatamento para plantio e utilização em outras áreas. É importante destacar que mesmo com as medidas protetivas do governo, cerca de um quarto da área florestal proclamada dessa região foi destruída entre 1894 e 1919 (MCCORMICK, 1992).

Nesse contexto, surgiram as primeiras aspirações sobre a necessidade de um organismo internacional. Os protecionistas europeus revisaram em um Congresso Internacional os resultados da proteção da natureza na Europa, desencadeando a criação de agências, uma série de eventos e debates que conduziram ao amadurecimento da ideia e à percepção de que os interesses dos movimentos de proteção e conservação transcendiam as fronteiras entre países. Posteriormente, essa concepção prevaleceu nos apontamentos da comissão provisória formada na Áustria na ocasião do VIII Congresso Internacional de Zoologia, em 1910, para discutir os aspectos ligados à proteção da natureza a nível mundial. O limiar do pensamento global foi marcado por anseios de empreender um movimento para ampliação do alcance dos debates e posteriormente, como afirma McCormick (1992), uma estratégia

para a reconciliação entre as nações. A relação desse movimento com as discussões sobre as guerras pode ser demonstrada na fala do estadunidense Gifford Pinchot ao Oitavo Congresso Científico Americano, em maio de 1940, no qual ele defendeu que “o ‘acesso justo’ de toda nação aos recursos naturais era ‘uma condição indispensável para a paz permanente’” (MCCORMICK, 1992, p. 44), por acreditar que as demandas relacionadas às terras e seus recursos naturais eram um incentivo à ocorrência de guerras.

Seguindo as proposições do Congresso Internacional de Zoologia, os protecionistas europeus apoiados pelo governo suíço realizaram em 1913 na cidade de Berna uma Conferência Internacional sobre a Proteção da Natureza com a participação de 17 países da qual resultou uma nova comissão de caráter consultivo sediada em Basel, na Suíça (UNESCO, 1948b). É importante destacar que a participação dos países nesse período era quase exclusivamente europeia e estadunidense, como pode ser observado nesse evento, no qual a Argentina foi o único país fora do eixo, fato que comprovava, na opinião de Souza (2013, p. 28), “a continuidade da visão eurocêntrica sobre a construção do pensamento e das estratégias para a conservação da natureza”. Os tempos horrendos da primeira guerra mundial (oficialmente entre 1914 e 1918) impossibilitaram o prosseguimento das atividades da comissão de Berna e somente em 1923 na França foi realizada uma tentativa de reviver as ideias de proteção da natureza no Congresso Não-governamental Internacional para a Proteção da Natureza. Porém, os objetivos foram frustrados, uma vez que alguns países considerados ex-inimigos de guerra haviam assinado, somando o fato de que três importantes governos não ratificaram a comissão, foram eles, incluindo a Argentina e a Espanha: França, Reino Unido e EUA (UNESCO, 1948b).

Ao final dos anos 20 atuavam três principais comissões na Europa que sugeriram, na VI Assembleia Geral da União Internacional de Ciências Biológicas, em 1928, a criação de um escritório internacional para os assuntos de proteção da natureza, foram elas: Comissão Holandesa para a proteção internacional da natureza, Comissão francesa para a proteção da fauna e flora colonial e Comissão belga para a proteção internacional da natureza. Com subsídio holandês e influenciado principalmente pelo fundador da comissão holandesa, P.G. van Tienhoven, um escritório de coordenação internacional foi estabelecido em Bruxelas com o objetivo de documentar as propostas e facilitar a colaboração entre as diversas organizações. Em 1934, o Escritório Internacional de Proteção da Natureza (IOPN) foi oficialmente reconhecido por governos de 7 países. Mas, novamente as turbulências da guerra mundial, dessa vez entre 1939 e 1945, ofuscaram os trabalhos direcionados à coleta de informações para a realização de uma conferência internacional, agora sob a direção do IOPN que só retomou suas atividades em 1946 inicialmente entre os países europeus (UNESCO, 1948b).

Na década da instituição do IOPN, no decorrer dos anos de 1930 e 1940, a Europa, além de sediar o escritório, dedicava atenção aos conflitos de guerra e às preocupações com ameaças nazistas. Contemporaneamente, os países americanos iniciaram uma série de tratados envolvendo o tema, tais como o Tratado sobre os Pássaros Migratórios de 1937, assinado com o México e o Canadá e a Convenção sobre a Proteção da Natureza e a Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental (Convenção Pan-Americana), organizado pela União Pan-americana e aberto para assinatura em 1940. As aspirações pelo desenvolvimento de um sistema de cooperação intelectual e legislativa entre os países foram evidenciadas pela União Pan-Americana, antes mesmo da instituição da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN/IUPN) em 1948. No entanto, a criação da UIPN em 1948

é considerada o ponto de partida da disseminação internacional das questões ambientais, cuja demanda decorre em última instância de uma instrução do grupo de Ciências Naturais à UNESCO, em sua segunda sessão de reuniões no final de 1947, para que convocasse uma Conferência Internacional para a Proteção da Natureza, conforme o pedido elaborado na conferência de Brunnen realizada entre junho e julho do mesmo ano (UNESCO, 1948a). A partir da institucionalização internacionalizada dos problemas e das possíveis soluções ligados à natureza, uma série de convenções, acordos e políticas multilaterais foi pulverizada em vários países do mundo refletindo uma estrutura de pensamento global fundamentada, principalmente, nos problemas registrados pelos naturalistas e nas soluções creditadas à Europa e aos Estados Unidos. Dentre elas, destaca-se a Conferência Técnica Internacional sobre a Proteção da Natureza em 1949 nos Estados Unidos e, em 1968, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas da Utilização Racional e da Conservação dos Recursos da Biosfera em Paris.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Ao discutir as diferentes nomeações da Educação, Carvalho (2004) explica que os atributos a ela incorporados, dentre eles o adjetivo ambiental, são imbuídos de projetos pedagógicos e concepções de mundo, os quais são impressos em seus conceitos e práticas. Para a autora, o conceito de Educação Ambiental pode ser considerado como um artefato construído em um círculo de interlocuções e em meio a uma dinâmica de forças sociais e culturais, poderes e contra-poderes. Diante disso, pretendemos apresentar resultados de uma análise documental sobre as características e concepções inerentes ao período histórico que antecedeu e influenciou o processo de construção de um pensamento que considera a educação como principal ferramenta de conscientização acerca dos problemas relacionados à natureza. Entendemos que esse cenário se configura como a base estrutural das proposições de Educação Ambiental na década de 1970.

Considerando a proposição epistemológica de Fleck (2010) que descreve as categorias Estilo de Pensamento e Coletivo de Pensamento com os principais parâmetros de análise para as pesquisas de cunho histórico e social, buscamos identificar as concepções de Educação, Ambiente e Desenvolvimento, além dos componentes de uma linguagem estilizada, presentes no denominado Período Originário delimitado entre 1940 e 1968. Ressaltamos que este trabalho é um recorte de uma pesquisa em andamento que pretende identificar os Estilos de Pensamento predominantes no desenvolvimento do conhecimento ambiental por meio da seleção de eventos já disponíveis na literatura como momentos que determinaram o andamento das políticas ambientais no mundo e da seguida periodização dos mesmos. Neste trabalho apresentaremos parte da análise do Período originário ou emergente situado entre 1940 e 1971. Para identificar o Estilo de Pensamento predominante nesse período, coletamos informações em documentos originais disponíveis nas plataformas de registros da ONU¹ e da UNESCO².

¹ A coleta da documentação foi realizada na base de dados das Nações Unidas disponível em: <http://www.un.org/es/documents/>. A busca foi executada de maneira simultânea nas quatro ferramentas do sítio: UN-I-QUE, UNBISnet, UNTS e UNTERM.

² Os documentos publicados pela UNESCO foram encontrados no sítio que armazena registros do órgão, localizado no site oficial: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/resources/online-materials/publications/unesdoc-database/>.

UMA ANÁLISE DAS CONVENÇÕES NATURALISTAS ENTRE 1940 E 1970

PRESERVAÇÃO/CONSERVAÇÃO: O FOCO NA CRIAÇÃO DE PARQUES E RESERVAS

Os governos que ratificaram o acordo emitido pela Convenção Pan-Americana foram orientados, sumariamente, a criar parques e reservas nacionais. O relatório destacou que tais governos, “desejosos de proteger e conservar no seu ambiente natural exemplares de todas as espécies e gêneros da fauna e flora indígenas” (ONU, 1953, p. 219), acordaram recomendar aos seus respectivos corpos legislativos a adoção de leis que assegurassem a “proteção e conservação das paisagens, das formações geológicas extraordinárias, das regiões e dos objetos naturais de interesse estético ou valor histórico ou científico” (IDEM, p. 211). Dessa forma, o objetivo central consistia em evitar a extinção de espécies vivas e preservar áreas naturais. A convenção constituiu uma linha tênue na distinção entre parques e reservas nacionais, na qual os parques eram destinados à proteção e conservação, enquanto as reservas definidas como regiões estabelecidas para a conservação e utilização das riquezas naturais sob vigilância. Até mesmo as reservas de regiões virgens poderiam ser espaço de investigações científicas desde que fossem autorizadas e buscassem o propósito para os quais a reserva foi criada: preservar e/ou conservar. Dessa forma, destaca-se que o acordo consentiu possibilidades de intervenções, inclusive de caráter comercial. Apesar de prever no artigo III que os governos acordaram em não explorar as riquezas naturais para fins comerciais, o documento destacou a necessidade da adoção de medidas para a proteção das aves migratórias de valor econômico, ressaltando a utilização dessas aves “tanto no desporto como na alimentação, no comércio, na indústria e para estudos e investigações científicos” (ONU, 1953, p. 213).

A criação das áreas de preservação tornou-se uma prática mundial comum no século XX. Nos documentos do período investigado, a criação e a regulamentação de parques nacionais nas diferentes regiões do mundo receberam destaque por parte dos naturalistas e dos representantes de governos. Sobre a permissividade de quaisquer alterações nas regiões protegidas, a Convenção Pan-Americana delegou poder de decisão às autoridades do parque que poderiam ter vínculo estatal ou privado, especificando para o caso de caça, captura ou coleção de aves migratórias a autorização exclusiva das autoridades do país. Para tanto, deveriam adotar leis e regulamentos para a proteção e conservação da flora e fauna dentro de seus territórios que permitissem a caça ou coleção de exemplares para investigações científicas executadas por indivíduos ou organizações autorizados. Admitindo a possibilidade de práticas comerciais, o documento ressaltou no artigo IX a exigência de procedimentos para certificação governamental em casos de “importações, exportações e trânsito de espécies protegidas de flora e fauna, e de seus produtos” quando indispensáveis na administração da região ou para a pesquisa científica (ONU, 1953, p. 213).

Uma das principais sustentações dos ideais de colaboração internacional baseava-se na necessidade de divulgação dos conhecimentos e informações relacionados às medidas de proteção da natureza que incorporavam “facilidades necessárias para o divertimento e a educação do público” (ONU, 1953, p. 211). A educação foi inicialmente compreendida como um instrumento capaz de induzir as ações humanas para conservação e preservação da natureza, gerenciadas por meio da mudança de comportamento individual e coletiva. Dessa forma, apesar do principal objetivo da convenção ter consistido em firmar um acordo entre países a fim de impulsionar a criação de parques e reservas nacionais para estabelecer proteção absoluta aos monumentos naturais, a análise desse cenário, marcado por tentativas de

constitucionalizar a proteção da natureza nos países da América, sinaliza os primeiros apontamentos sobre a importância da Educação que refletem as concepções comportamentalistas e conservadoras e que conceberam a tipologia ambiental à educação no período posterior de conceituação dos aspectos inerentes à problemática ambiental e às possíveis ferramentas de resolução desses problemas, durante e depois da Conferência de Estocolmo em 1972.

EMBATES E DISPUTAS: OS CAMINHOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

A proteção da natureza ganhou novos rumos e maiores dimensões no final dos anos 40 quando a ONU instituiu a UNESCO. Inserida no bojo das ações para o estabelecimento de uma ordem mundial para a manutenção da paz, a UNESCO se constituiu após a segunda guerra mundial em 16 de novembro de 1945 como uma expressão de busca pela paz através da Educação, da Ciência e da Cultura, vigorando em novembro de 1946 em sistema de colaboração internacional (ONU, 1947). Apesar de sua instituição tardia e da sua imaturidade institucional, como alegaram alguns participantes da Conferência de Brunnen em 1947, desde sua segunda sessão geral realizada no México, importantes reuniões de interesse ambiental têm sido realizadas no âmbito da organização, o que contribuiu para a concretização dos anseios anteriores às duas grandes guerras, explicitados inicialmente pela comissão provisória formada na Áustria na ocasião do VIII Congresso Internacional de Zoologia, em 1910.

Na ocasião da inserção da temática de proteção da natureza no âmbito das Nações Unidas por meio da constituição da IUPN, o diretor geral da Unesco, o biólogo britânico Julian Huxley, também presidia uma comissão especial para a conservação da vida selvagem (WLCSC) no Reino Unido cujo objetivo era estudar o estabelecimento de parques nacionais no país. Já havia por parte da comissão um interesse em buscar experiências de países mais consagrados na discussão, tal como a Suíça que já sediara comissões e conferências sobre o assunto. Assim, em 1946 uma equipe de 6 pessoas tinha sido enviada ao país para encontrar no parque nacional suíço a Liga Suíça para a Proteção da Natureza a fim de conhecer o parque e as reservas nacionais e discutir a utilidade de um órgão intergovernamental oficial juntamente com representantes da Bélgica, França, Noruega, Holanda e Tchecoslováquia. A organização aparente desses países neutralizou a vontade britânica de expandir as fronteiras, mas não desmobilizou Huxley que estava engrenado a inserir a proteção da natureza no cenário internacional (MCCORMICK, 1992; UNESCO, 1948b).

Um ano depois, convocados pela Liga Suíça, os naturalistas voltaram a se reunir em Brunnen (1947) com representantes de 24 países, sendo a maioria composta por europeus³, e o restante por Argentina, Austrália, Guatemala, Índias Orientais Holandesas, Nova Zelândia e Estados Unidos. Além de representantes governamentais, a conferência também recebeu observadores da ONU, da FAO e da UNESCO (UNESCO, 1948b). O debate novamente girou em torno da necessidade da criação de um organismo internacional, entre aqueles que defendiam sua fundação imediata e aqueles que, como o holandês Van Tienhoven, vislumbravam articulação com a Unesco a partir de mais reuniões preparatórias. As tensões se intensificaram, pois havia, principalmente por parte dos países europeus, uma preocupação em não transferir a iniciativa para as Nações Unidas (MCCORMICK, 1992). Parte desse

³Áustria, Bélgica, Bulgária, a então Chocoslóquia, Dinamarca, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Polônia, Espanha, Suíça, Suécia e Holanda.

descontentamento que aflorou na conferência de Brunnen estava relacionado à longa trajetória de proteção da natureza dos países europeus que iniciara em meados do século XIX e percorreria a hostilidade de duas guerras mundiais.

O entrave produzido em Brunnen levou britânicos e estadunidenses a defenderem o papel das Nações Unidas na constituição de um organismo internacional para a proteção da natureza, supostamente pela influência das intenções de Huxley e pela importância da organização para a legitimação do órgão frente aos outros países, além do patrocínio financeiro. Além disso, os estadunidenses questionaram a validade de uma união internacional instituída sem a presença de países como Rússia, China, Índia, Canadá e África do Sul (MCCORMICK, 1992). Como resultado, a conferência de Brunnen (1947) instituiu provisoriamente a IUPN e emitiu a constituição preliminar do organismo à Unesco solicitando que essa representasse a constituição perante os outros governos e realizasse uma conferência internacional sobre o assunto no ano seguinte (UNESCO, 1948b).

Assim, no mesmo ano a Unesco, dirigida por Huxley, resolveu se comprometer em convocar a conferência internacional para a IUPN, como julgou aconselhável o governo da França, ao mesmo tempo em que aceitou o convite do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para participar dos preparatórios da Conferência Científica sobre a Conservação e Utilização dos Recursos Naturais da ONU (UNESCO, 1948a, 1948b). Ironicamente, a conservação dos recursos naturais e a proteção da natureza seriam tratadas de forma separada. Antes mesmo da reunião de Fontainebleau que instituiu oficialmente a IUPN, o diretor da UNESCO propôs que o órgão convocasse em sua terceira sessão de reuniões, realizada um mês depois da constituição da IUPN, uma conferência técnica internacional para a proteção da natureza, organizada em parceria com a União, logo em seguida à Conferência Científica das Nações Unidas, programada para maio e junho de 1949 nos EUA. A preparação contaria com o apoio das discussões do Simpósio sobre a África e a Europa realizado pela conferência de Fontainebleau e com as contribuições da então formada comissão especial para os problemas da educação direcionada para os temas relacionados à proteção da natureza (UNESCO, 1948b, 1948d). Emergiram nesse momento grupos simultâneos com finalidades distintas: um que ressaltava a importância de proteger a natureza e outro que planejava criar mecanismos de utilização dos recursos naturais com menos impactos ambientais. A existência das duas plataformas iniciara discussões sobre o conceito de conservação que perduraram até a próxima década e culminaram na mudança de nome da IUPN para IUCN.

Como parte da Conferência de Fontainebleau, o simpósio sobre a África e a Europa foi realizado para reunir dados e discutir questões técnicas envolvendo a proteção da natureza nesses territórios, já que a Conferência Inter-Americana sobre a Conservação de Recursos Naturais Renováveis, em setembro do mesmo ano, e o Congresso de Ciência do Pacífico a ser realizado em 1949, forneceriam informações de suas respectivas regiões como subsídio para a Conferência Técnica para a Proteção da Natureza que seria realizada pela UNESCO e pela IUPN em 1949. O simpósio foi presidido pelo professor francês Roger Heim e, apesar de ter como objetivo principal discutir a legislação, a gestão científica, os aspectos econômicos da proteção da natureza e a vida selvagem também nos países da África, bem como apreender experiências locais, as reuniões tiveram em sua totalidade presidentes e oradores estadunidenses, franceses, belgas, britânicos e suíços, incluindo no encontro para tratar especificamente sobre os grandes jogos de caça na região (UNESCO, 1948d, p. 11-12).

Apesar da participação dos países não europeus ter aumentado na Conferência de Fontainebleau⁴, a comissão jurídica e de elaboração de projeto, responsável pela construção da constituição da IUPN e pelas alterações do documento provisório de Brunnen foi exclusivamente europeia e estadunidense: Bélgica, França, Holanda, Polônia, Suíça, Reino Unido e EUA. No final, a constituição da IUPN refletiu as ideias da Conferência de Brunnen, as alterações sugeridas pela UNESCO, pela delegação dos EUA e pelo ministério das relações exteriores do Reino Unido (UNESCO, 1948d, p. 7).

CONCEPÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A HUMANIDADE E A NATUREZA: O FOCO NAS NECESSIDADES

A despeito da centralidade historicamente conferida à proteção da natureza, a “filosofia adotada pela IUPN via o homem como colocado firmemente no coração do sistema natural, com a conservação servindo diretamente a seus interesses e necessidades”, uma vez que a exploração da natureza constituía-se como a base da civilização humana (MCCORMICK, 1992, p. 52). O texto constituinte da União definiu o termo proteção da natureza “como a preservação da comunidade biótica mundial, ou do ambiente natural do homem, que inclui os recursos naturais renováveis da terra, onde se apoia a fundação da civilização humana” (UNESCO, 1948d, p 16, tradução nossa). Os participantes da instituição da IUPN caracterizaram aquele contexto temporal como um momento em que os padrões humanos de vida seriam desfavorecidos porque os recursos naturais estariam se tornando inadequados para manutenção desses padrões, procurando, assim, destacar a dependência das pessoas em relação aos recursos exauríveis e a possibilidade de que a destruição da natureza poderia “ser revertida se as pessoas [além de serem despertadas para a realidade de dependência] reconhecessem a necessidade de sua proteção e restauração, bem como de sua administração informada e sábia” como uma forma de assegurar a paz, o progresso e a prosperidade (UNESCO, 1948d, p 16, tradução nossa).

Os documentos analisados revelaram que a IUPN reconhecia as consequências da civilização na natureza, destacando em seu discurso a consciência de que a humanidade encontrou meios efetivos para exploração dos recursos e que por meio dos quais teria alcançado o presente desenvolvimento. No entanto, apesar de considerar a importância econômica, social, educacional e cultural dos recursos naturais, não se observa a presença de contradiscursos acerca do modelo de civilização baseado na exploração destrutiva da natureza, uma vez que houve uma acentuada preocupação em manter os padrões societários baseados nos ideais de progresso da modernidade europeia e estadunidense.

As questões ligadas ao desenvolvimento só foram tratadas no período originário de forma secundária considerando a centralidade das aclamações para a proteção da natureza em um primeiro momento e das estratégias para racionalização dos recursos em um segundo, já caminhando para o final desse período. A rigor o modelo de desenvolvimento fora apontado de maneira difusa somente como um dos elementos causais das alterações detectadas nos ecossistemas, sendo ilustrado de forma implícita nos documentos que recorreram principalmente a termos como

⁴ Nessa conferência participaram representantes de 33 países, sendo 21 deles com plenos poderes de governo. Do total, assinaram a constituição da IUPN 18 países: Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, República Dominicana, Egito, França, Índia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Panamá, Polônia, Suécia, Suíça, Síria e Venezuela.

exploração humana dos recursos, ação do homem na natureza e influências das atuais civilizações. Dessa forma, de modo geral, as convenções situadas no contexto de influência das políticas de Educação Ambiental suprimiram a relação espoliatória entre economia e natureza, priorizando e ressaltando as medidas de remediação direcionadas por ideais de proteção, conservação e racionalização. Consideramos que o Estilo de Pensamento predominante no período, cujos aspectos precederam e influenciaram o período de conceituação da Educação Ambiental no âmbito das Nações Unidas e dos países Latino americanos, foi marcado por concepções a-históricas e pelo planejamento de ações de cunho imediatista, utilitarista e estritamente técnicas no campo da Ciência e dos problemas com a natureza.

PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS PARA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS COM A NATUREZA

No simpósio europeu e africano da Conferência de Fontainebleau também surgiram as primeiras proposições relacionadas à importância da educação e sua contribuição para a proteção da natureza. Os documentos não descreveram as discussões que culminaram em tal conclusão, mas podemos deduzir que a chave para esse apontamento talvez estivesse na constatação de que os países economicamente desfavorecidos e desalinhados ao eixo da dita modernidade não possuíam um nível de consciência considerado satisfatório no que diz respeito à proteção da natureza, tal como expresso no “significado do simpósio” em que “(...) was still necessary to assemble specialists to pose certain of the problems relating to the **Old World**”, (UNESCO, 1948d, p. 11, grifo nosso). Nesse sentido, o representante das Nações Unidas, senhor L. Gross e, um dos representantes dos EUA e membro do conselho de pesquisa nacional, H. J. Coolidge, declararam em resolução aceita pela IUPN que “um dos meios mais efetivos de assegurar a proteção da natureza é tornar o mundo consciente da extrema gravidade dessa questão” e que a condição essencial para o sucesso desse fim é a educação de crianças, professores e do público em geral (UNESCO, 1948d, p. 14, tradução nossa). A referida resolução convidou os presentes na IUPN a incitar o conteúdo dessas recomendações às autoridades competentes, incluindo os representantes nacionais da UNESCO e à opinião pública em seus países, já recomendando que o tema da educação para a conservação fosse incluído na agenda da conferência técnica de 1949 por meio de uma comissão.

Nessa perspectiva, os conferencistas incluíram a “promoção de um programa de educação no campo da proteção da natureza” nos objetivos das ações nacionais e internacionais juntamente com a preservação da vida selvagem, do solo, da água e das florestas de interesse científico, estético ou histórico mediante legislação apropriada e criação de parques nacionais (UNESCO, 1948d, p. 17, tradução nossa). Observou-se que tanto na Convenção da União Pan-Americana, quanto na Conferência de Fontainebleau, a criação de legislações nacionais, inclusive para os processos educativos, se destaca como uma das principais medidas para implementação das ações que buscariam atender aos fins de proteção da natureza. Um dos objetivos iniciais da União era disseminar informações sobre a proteção da natureza a fim de distribuir aos governos e organizações documentos, textos legais, estudos científicos e outras informações sobre as decisões da união.

O comitê de programas chefiado pelo belga Van Straelen, do qual também participou o Brasil, determinou as primeiras atividades que deveriam ser executadas pela união, dentre as quais a elaboração de um relatório contendo a situação da proteção da natureza em cada país e os meios empregados na educação das massas no que diz respeito à conservação de recursos naturais. Além das medidas

relacionadas ao conhecimento da realidade nos diferentes países, a união ressaltou o papel da organização no desenvolvimento de ações para induzir as autoridades competentes a criarem estratégias para assegurar a inclusão do tema proteção da natureza nos programas de todos os níveis de ensino (UNESCO, 1948c). Dessa forma, as influências internacionais sobre a inserção da temática ambiental nas estruturas curriculares de alguns países da América Latina precedem as recomendações de Estocolmo (1972) e de Belgrado (1975) que culminou no Programa Internacional de Educação Ambiental, uma vez que a IUPN já sinalizava em sua constituição a intenção de disseminar seus ideais nos diversos países por meio da Educação formal.

A construção de aparatos informativos no contexto de influência da Educação Ambiental seria propiciada por meio de estudos das leis em vigor, da difusão dos resultados em várias línguas, da produção de vasta documentação sobre o desaparecimento de espécies da fauna e da flora e da produção de filmes para a popularização da ideia de proteção da natureza. O comitê de programação sugeriu ainda que a União em parceria com especialistas deveria desenvolver trabalhos de investigação, mediante acordo com os países, sobre as transformações decorrentes de ocupações humanas ocorridas na fauna, flora e no solo.

A maioria dos países que ratificaram a conferência de Fontainebleau foi representada por especialistas do campo da zoologia, dentre esses, inclui-se os participantes da América Latina, sendo eles: o brasileiro Cândido de Melo Leitão, o argentino José Yepes e o venezuelano Willian Phelps Jr. Na ocasião, Cândido Leitão era professor de zoologia da Escola Nacional de Agronomia e pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro. As lutas em defesa da pauta científica no contexto de composição estrutural da nova agência internacional para a Educação e Cultura induziu, naquele contexto, a formação de um sistema internacional de cooperação entre cientistas de vários países. No ano anterior à constituição de Fontainebleau, Mello Leitão também compôs a representação das instituições científicas brasileiras na Conferência Internacional de Belém do Pará realizada no âmbito da UNESCO visando a criação de um Instituto de cooperação científica transnacional.

O naturalista paraibano pertencia a um grupo de cientistas, intelectuais e funcionários públicos brasileiros que empreitavam persuadir o Estado a implementar políticas de conservação do patrimônio natural brasileiro em um contexto de fortalecimento da escola de pensamento que combinava conhecimento científico com a ideia de conservação da natureza para fins econômicos e estéticos. Seus estudos sobre a história da Biologia no Brasil desde o período colonial revelaram que o desenvolvimento dessa ciência culminou em um processo de valorização dos seres vivos e na emergência de uma tradição de pensamento no Brasil com centralidade na natureza. Historicamente, a relação entre humanidade e natureza teria se transformado de imediatista e predatória para cuidadosa, sendo tal mudança justificada pelo desvelamento de seus segredos e pelo aumento do interesse por regiões exóticas, muito relacionado aos relatos das expedições no período da colonização. Como ativista, participou da I Conferência Brasileira de Proteção da Natureza no Rio de Janeiro realizada em 1934, antes mesmo de Fontainebleau (FRANCO; DRUMMOND, 2007). Os holofotes da história do pensamento ambiental sobre as iniciativas europeias e as conduções internacionais das agências da ONU deixaram de subsumir a participação de outros países na insurgência dessas demandas. No Brasil, por exemplo, como apontam os autores supracitados, ativistas como Mello Leitão e Edgar Roquete-Pinto dedicaram-se à formulação e divulgação de ideias sobre a proteção da natureza. Roquete-Pinto já havia sido diretor do MNRJ e juntamente com o químico Paulo Carneiro e Miguel Osório enviou sugestões ao projeto de reconstrução cultural e

educacional das Nações Unidas, posteriormente intitulado UNESCO, além de se tornar um dos pioneiros da rádio no país, aproveitando o veículo para publicar os conhecimentos biológicos acerca da natureza, assim como o Venezuelano Willian Phelps Jr em sua região.

Considerando o período analisado, a Conferência da Biosfera, em 1968, apresentou maior heterogeneidade dos países participantes que as primeiras conferências internacionais. Ainda comparecendo em maior número os países da Europa com aproximadamente 1 terço dos participantes, também estiveram presentes Estados-membros das Nações Unidas de todos os continentes, sendo que África e América Latina se destacaram com aproximadamente 22 e 17% do total de participantes. Considerou-se na conferência que os principais temas que deveriam ser essencialmente discutidos para o planejamento nacional e internacional a fim de produzir formas de utilização racional dos recursos, seriam: Problemas de investigação, Educação e Políticas. As discussões buscaram demarcar o espaço conceitual da biosfera apontando suas características e formas de funcionamento determinadas pelo tipo de ecossistema, pelo grau de interferências humanas e pelas conseqüentes mudanças ocasionadas. Essa explanação desencadeou intervenções e as falas enfatizaram a necessidade do desenvolvimento de pesquisas para compreender a gênese da biosfera, a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas por meio da colaboração entre matemáticos, físicos e biólogos e do estabelecimento de modelos que permitissem formular previsões sobre a produção real e potencial dos ecossistemas. Na conferência da Biosfera a palavra desenvolvimento foi empregada no sentido de ressaltar a "necessidade de criar equipes de especialistas em diversas disciplinas a fim de buscar soluções para os problemas do desenvolvimento", ou seja, para aqueles oriundos de um processo de desenvolvimento evolutivo/civilizatório da humanidade que produziu os problemas mencionados no documento (UNESCO, 1969, p. 5). No que diz respeito à educação, a conferência emitiu resoluções nas quais enfatizou a importância da educação como uma estratégia de formar recursos humanos para atuarem no campo da ecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os posicionamentos naturalistas que demarcaram o período de 1940 a 1970 teceram elementos que viesaram a construção da ideia de uma Educação direcionada para as especificidades do ambiente, enfatizando principalmente a responsabilidade dos seres humanos em geral, no que se referia aos problemas com a natureza, e a conseqüente necessidade de alterar as formas de comportamento humano em relação à natureza. Podemos, dessa forma, caracterizar o contexto de influência que culminou na disseminação das políticas globais de Educação Ambiental a partir da década de 1970 pelas suas dimensões mais utilitaristas e menos críticas da problemática ambiental. A análise também revelou que a produção do conjunto de estruturas conceituais, que antecederam e fundamentaram a globalização de políticas ambientais, esteve condicionada à homogeneidade das conferências no período originário.

De um modo geral, as conferências realizadas no âmbito da ONU têm a função de determinar as políticas e as principais linhas de trabalho da organização direcionando-as para a criação e execução de programas, como foi o caso da aclamação iniciada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas a fim de criar mecanismos para resolver os problemas relacionados a utilização de recursos da natureza que redundou na realização da Conferência Internacional sobre o Meio

Ambiente Humano de 1972 em Estocolmo. As definições iniciadas principalmente a partir de Estocolmo caracterizam-se por uma forte ingerência das concepções naturalistas na construção de conceitos ambientais.

Em suma, as estruturas conceituais do período pré-Estocolmo constituem um Estilo de Pensamento Naturalista (EPN) definido por elementos teóricos próprios do coletivo de pesquisadores e executivos cujo foco central consistia na criação de políticas e programas que almejavam proteger a natureza da ação humana. No final do período originário, analisado neste trabalho, na transição para o conceitual, novos elementos foram inseridos no círculo de interlecuções das Nações Unidas marcados principalmente pelo rigor técnico agora conferido às discussões. Contudo, a análise concluiu que o EPN caracterizado por expressões como proteção e conservação da natureza, amor à natureza, vida espiritual e cooperação desenvolveu-se historicamente com a ampliação da circulação intercoletiva de ideias entre ONU e UNESCO que introduziu novos elementos para a compreensão dos problemas ligados à natureza, tais como utilização, racionalização, aproveitamento, qualidade de vida, pensamento ecológico e educação mesológica. Esses acarretaram o início de uma fase de mudanças no projeto de proteção da natureza que culminou na construção de um novo estilo de pensamento estruturado por conceituações em torno dos objetos meio ambiente e Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da Educação. In: LAYRARGUES, P. P (coord.). **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: ministério do meio ambiente, 2004. p. 13 - 24.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. Cândido de Mello Leitão: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida. **História, Ciências, Saúde**, v. 14, n. 4, p. 1265-1290, 2007.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.

ONU. Tratado n. 52: série de tratados e acordos internacionais. **Treaty Series**, p. 275-300, 1947.

_____. Tratado n. 485: série de tratados e acordos internacionais registrados de 18/02/1953 - 20/03/1953. **Treaty Series**, v. 161, p. 193-216, 1953.

SOUZA, J. V. C. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003)**: registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza. 2013. 214 p. Dissertação (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

UNESCO. México. **Resolutions adopted by the General Conference during its second session**, November and December 1947. Paris: Unesco, 1948a.

_____. **Document prepared by Unesco Secretariat for the French Government.**
Paris: Unesco, 1948b.

_____. **Analysis of the draft constitution of the IUPN adopted at Brunhem, 1947, and modifications suggested by Unesco secretariat.** París: Unesco, 1948c.

_____. Fontainebleau. **International Union for the protection of nature**, October 1948. Bruxelas: IUPN, 1948d.

_____. París. **Conferencia Intergubernamental de expertos sobre las bases científicas de la utilización racional y la conservación de los recursos de la biosfera**, 4 - 13 de setembro de 1968. París: Unesco, 1969.